

FILOSOFIA

Ética e Política

01 - (ENEM) A moralidade, Bentham exortava, não é uma questão de agradar a Deus, muito menos de fidelidade a regras abstratas. A moralidade é a tentativa de criar a maior quantidade de felicidade possível neste mundo. Ao decidir o que fazer, deveríamos, portanto, perguntar qual curso de conduta promoveria a maior quantidade de felicidade para todos aqueles que serão afetados.

RACHELS. J. Os elementos da filosofia moral, Barueri-SP; Manole. 2006.

Os parâmetros da ação indicados no texto estão em conformidade com uma

- fundamentação científica de viés positivista.
- convenção social de orientação normativa.
- transgressão comportamental religiosa.
- racionalidade de caráter pragmático.
- inclinação de natureza passional.

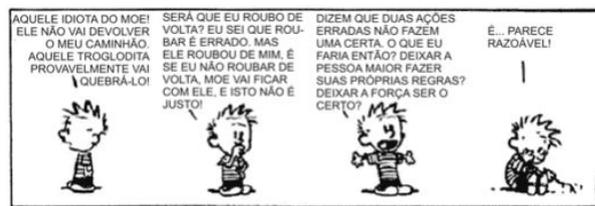
02 - (ENEM) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo Martins Fontes, 2003

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- entravam em conflito.
- recorriam aos clérigos.
- consultavam os anciãos.
- apelavam aos governantes.
- exerciam a solidariedade.

03 - (ENEM)



De acordo com algumas teorias políticas, a formação do Estado é explicada pela renúncia que os indivíduos fazem de sua liberdade natural quando, em troca da garantia de direitos individuais, transferem a um terceiro o monopólio do exercício da força. O conjunto dessas teorias é denominado de

- liberalismo.
- despotismo.
- socialismo.
- anarquismo.
- contratualismo.

04 - (ENEM) A justiça e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria dos homens parece concordar. Constitui um princípio julgado estender-se até os esconderijos dos ladrões e às confederações dos maiores vilões; até os que se afastaram a tal ponto da própria humanidade conservam entre si a fé e as regras da justiça.

LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (adaptado).

De acordo com Locke, até a mais precária coletividade depende de uma noção de justiça, pois tal noção

- identifica indivíduos despreparados para a vida em comum.
- contribui com a manutenção da ordem e do equilíbrio social.
- estabelece um conjunto de regras para a formação da sociedade.
- determina o que é certo ou errado num contexto de interesses conflitantes.
- representa os interesses da coletividade, expressos pela vontade da maioria.

05 - (ENEM) Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil

juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

a. munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.

b. possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.

c. guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.

d. naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.

e. sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

06 - (ENEM) Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

a.a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.

b.o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.

c.a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.

d.a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.

e.a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

07 - (ENEM) Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto

a. assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.

b. garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.

c. opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.

d. materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.

e. permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

08 - (ENEM) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a. exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b. consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c. concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d. estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e. reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

09 - (ENEM) TEXTO I

Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

TEXTO II

Não vamos concluir, com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente

ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (adaptado).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- a. predisposição ao conhecimento.
- b. submissão ao transcendente.
- c. tradição epistemológica.
- d. condição original.
- e. vocação política.

10 - (ENEM) A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: WMF, 2012 (adaptado).

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- a. alienação ideológica.
- b. microfísica do poder.
- c. estado de natureza.
- d. contrato social.
- e. vontade geral.

11 - (ENEM) Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão a sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003.

Segundo esse texto de Kant, o Estado

- a. deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
- b. está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
- c. dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
- d. delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
- e. tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

12 - (ENEM) Outro remédio eficiente é organizar colônias, em alguns lugares, as quais virão a ser como grilhões impostos à província, porque isto é necessário que se faça ou deve-se lá ter muita força de armas. Não é muito que se gasta com as colônias, e, sem despesa excessiva, podem ser organizadas e mantidas. Os únicos que terão prejuízos com elas serão os de quem se tomam os campos e as moradias para se darem aos novos habitantes. Entretanto, os prejudicados serão a minoria da população do Estado, e dispersos e reduzidos à penúria, nenhum dano trarão ao príncipe, e os que não foram prejudicados terão, por isso, que se aquietarem, temerosos de que o mesmo lhes suceda.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Em O príncipe, Maquiavel apresenta conselhos para a manutenção do poder político, como o deste trecho, que tem como objeto a

- transferência dos inimigos da metrópole para a colônia.
- substituição de leis, costumes e impostos da região dominada.
- implantação de um exército armado, constituído pela população subjugada.
- expansão do principado, com migração populacional para o território conquistado.
- distribuição de terras para a parcela do povo dominado, que possui maior poder político.

13 - (ENEM) A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios a priori.

KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- eficácia prática da razão empírica.
- transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

14 - (ENEM) O filósofo Auguste Comte (1798-1857) preenche sua doutrina com uma imagem do progresso social na qual se conjugam ciência e política: a ação política deve assumir o aspecto de uma ação científica, e a política deve ser a Revolução Francesa que favoreceu a integração do povo na vida social. O positivismo obstina-se no programa de uma vida social, o positivismo obstina-se no programa de uma comunidade pacífica. E o Estado, instituição do "reino absoluto da lei", é a garantia da ordem que impede o retorno potencial das revoluções e engendra o progresso.

RUBY, C. Introdução à filosofia política. São Paulo: Unesp, 1998 (adaptado).

A característica do Estado positivo que lhe permite garantir não só a ordem, como também o desejado progresso das nações, é ser

- espaço coletivo, onde as carências e desejos da população se realizam por meio das leis.
- produto científico da física social, transcendendo e transformando as exigências da realidade.
- elemento unificador, organizando e reprimindo, se necessário, as ações dos membros da comunidade.
- programa necessário, tal como a Revolução Francesa, devendo portanto se manter aberto a novas insurreições.
- agente repressor, tendo um papel importante a cada revolução, por impor pelo menos um curto período de ordem.

15 - (ENEM) Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

John Locke - Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991

O texto de John Locke (1632-1704) revela algumas características do liberalismo, uma corrente de pensamento que tem desdobramentos até os dias de hoje. Conectando os conceitos de natureza, liberdade e propriedade, Locke busca justificar:

a.a existência do governo como um poder oriundo da natureza.

b.a origem do governo como uma propriedade do rei.

c.o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.

d.a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.

e.o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

GABARITO

01 – D

02 – A

03 – E

04 – B

05 – C

06 – A

07 – C

08 – D

09 – D

10 – C

11 - B

12 - D

13 - C

14 - C

LISTA DE EXERCÍCIOS PARA O ENEM



15 - D